

Super-recessão

O bloqueio de 80% dos haveres financeiros imposto pelo Plano Collor 1 fez com que 1990 fosse um ano extremamente ruim para a economia. O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro diminuiu nada menos do que 4,6%. Sob muitos aspectos, este ano está sendo pior. Se os balancetes semestrais encerrados em junho já mostravam notável queda da rentabilidade média das empresas, mesmo daquelas que atuam nos segmentos mais competitivos da economia, os números relativos às insolvências indicam que as dificuldades aumentaram. Em número preocupantemente crescente, empresas enfrentam imensos problemas para sobreviver ou acabam tragadas pela crise.

Em setembro, o número de concordatas em todo o País cresceu 18% em relação a agosto e o de falências aumentou 10%. Comparados com os do ano passado, que já tinha sido um ano muito difícil, os números deste ano são assustadores. Nos nove primeiros meses de 1991 houve 12.224 pedidos de falência no País, 291% mais do que em igual período de 1990. No mesmo período, o número de concordatas requeridas cresceu 169%, atingindo 574 casos neste ano. Os títulos protestados, contra pessoas físicas e jurídicas, saltaram de um total de 1.726.341 no período janeiro-setembro de 1990 para 4.175.054 neste ano, com aumento de 142%, mostrando que as dificuldades atingem indistintamente empresas e indivíduos.

Talvez os números deste ano fossem ainda piores se os empresários não encontrassem soluções criativas para, pelo menos, adiar a caracterização da insolvência. Muitas empresas, como mostrou há dias o **Jornal da Tarde**, vêm pagando seus fornecedores com a entrega de ativos como veículos ou imóveis. Outras fecham seus negócios com cheques pré-datados. Para prazos curtos, não há juros; para os longos, a taxa é negociada entre as partes e ficam abaixo das cobradas pelos bancos. Mesmo assim, há pedidos de prorrogação desses cheques.

Soluções como essas evitam, além da insolvência,

os juros bancários, que continuam a subir, e a interrupção dos negócios, o que agravaria um quadro que já é crítico.

A lenta recuperação da atividade industrial iniciada em abril vinha perdendo força, a ponto de, já em setembro, muitas empresas concederem férias coletivas a seus empregados. Essa é uma decisão empresarial insólita, visto que normalmente, nesta época do ano, as encomendas do comércio, que começam a se preparar para as vendas de fim de ano, já teriam recheado as carteiras de pedidos das indústrias. Em decisão também praticamente inédita nesta época do ano, outras empresas colocaram todos os vendedores nas ruas para, negociando com flexibilidade preços e condições, garantir um mínimo de vendas no último trimestre do ano.

É um período em que, como diz o presidente do Sindicato da Indústria de Calçados do Estado de São Paulo, Sebastião Burbulhan, “o cliente é quem manda”. No segmento da indústria de alimentos, onde atuam 5 mil empresas, há mais de um mês não se registram aumentos que compensem a inflação. “Com qualquer aumento de um de nós, o outro toma o lugar no mercado”, diz Edmundo Klotz, presidente da entidade do setor, a Abia.

Não há espaço, por isso, para o repasse aos preços finais das elevações dos custos de produção, provocadas tanto pela alta dos juros como pelo tarifaço resultante da mididesvalorização do cruzeiro. Esse tarifaço — que as empresas terão de engolir em seco — já começou com o reajuste de 25% dos serviços na área de telecomunicações e com o aumento dos combustíveis em 18%.

São muito poucos, neste momento, os setores da economia privada que poderão “contribuir” com pressões inflacionárias. Elas, como sempre, vêm predominantemente do setor público, cujo desequilíbrio financeiro — origem da crise econômica — só será eliminado com a profunda reforma do aparelho estatal.